

Por que o Congresso deve rejeitar projeto que aumentará o desmatamento da Amazônia?

Nota técnica de organizações da sociedade civil em repúdio ao PL nº 8.107/2017

1 O que é o projeto de lei

No final de 2016, em uma barganha política com o Congresso Nacional, o governo do presidente Michel Temer propôs a MP 756 que reduzia a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará, destinada ao uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica. A justificativa era regularizar ocupantes antigos, mas, na prática, servia também para acomodar grandes invasores de terra na Unidade de Conservação. A MP foi alterada durante sua tramitação no Legislativo, tendo como saldo final a transformação de 486 mil hectares da Flona em Área de Proteção Ambiental (APA). Tal mudança provocou grande reação da sociedade brasileira e da comunidade internacional. A APA é a categoria de Unidade de Conservação mais flexível quanto ao uso do solo, podendo abrigar propriedades privadas e atividades agropecuárias, e a alteração elevaria o risco de mais desmatamento na região. Felizmente a MP 756 não prosperou. Em um ato político anterior à viagem do presidente Temer à Noruega – maior financiador da conservação da Amazônia – a MP foi vetada.

O veto gerou inúmeros protestos contrários na região sob a influência da Flona do Jamanxim. Carros do Ibama foram incendiados, rodovias foram bloqueadas e houve passeatas nas cidades. A única resposta do governo foi premiar os invasores: o Planalto editou um Projeto de Lei (nº. 8.107/2017)¹ que retoma a proposta de reduzir a Flona. Agora, a área a ser transferida para a categoria de APA é ainda maior. Na MP a redução era de 305 mil hectares, enquanto no PL é de 354 mil hectares.

Uma vez iniciada a tramitação do projeto, ele poderá, assim como aconteceu com a MP 756, ser totalmente alterado para beneficiar ao máximo os ocupantes ilegais de terras públicas da região e aumentar substancialmente o desmatamento.

A redução da Flona do Jamanxim faz parte de uma estratégia mais ampla de desmonte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, e da legislação ambiental como um todo. De acordo com o dossiê Unidades de Conservação sob Risco, produzido pelo Fundo Mundial para a Natureza - WWF-Brasil², as áreas protegidas passam por um desmanche promovido pelo governo federal, Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas. Incluindo a redução da Flona do Jamanxim, cerca de 80 mil quilômetros quadrados em áreas protegidas federais e estaduais estão ameaçados por redução ou mudança de categoria – como transformar Flona ou Parque (categorias de maior proteção) em APA (categoria de menor proteção).

¹ Projeto de Lei disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2145333>

² WWF, 2017. *Unidades de Conservação sob risco*. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/dossiebrasil_v9_2.pdf

2 Quem são os beneficiados

A alteração dos limites não atenderia apenas a ocupações antigas de posseiros, mas principalmente grandes ocupantes ilegais, que ocuparam a área de má fé. Segundo o ICMBio, 67% dos ocupantes da Flona chegaram durante ou após o processo de criação. Para contemplar as ocupações estabelecidas antes da criação da Flona, seria preciso desafetar uma área de apenas 77 mil hectares³, ou seja, 5 vezes menor que os 354 mil hectares propostos por Temer.

A região da Flona é historicamente marcada pela ação de grileiros. Um dos grileiros que seriam beneficiados com a criação da APA foi alvo da “Operação Castanheira”, conduzida pelo Ministério Público Federal, Ibama e Polícia Federal (Operação Castanheira) em 2014.

Não procede a justificativa de que a redução da área atenderia a pequenos produtores. O tamanho médio das áreas requeridas para a regularização é de 1.700 hectares, ou seja, quase 23 vezes o que seria um lote de 75 hectares que caracteriza uma propriedade da agricultura familiar naquela região.

3 Quais impactos negativos

3.1 Desmatamento e emissões

A Flona do Jamanxim foi a Unidade de Conservação mais desmatada entre 2012 e 2015⁴. Até meados de 2017, em torno de 12% de sua área original já havia sido convertida. Ao invés de resolver os conflitos e seguir com o objetivo de conservação da área – como aponta a justificativa do PL –, haverá mais desmatamento e acirramento de conflitos agrários.

Um estudo⁵ do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) avaliou o desmatamento em 10 Unidades de Conservação cinco anos antes e depois da desafetação. O resultado mostrou que, após a alteração dos limites, o desmatamento nas áreas foi 1.116% maior do que nas porções que seguiram protegidas. Uma projeção do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) demonstra que a situação não será diferente na nova APA do Jamanxim. A análise mostra que o desmatamento na região pode mais que dobrar até 2030, com corte extra de 138 mil hectares (Figura 1) e uma emissão de 67 milhões de toneladas de gás carbônico⁶.

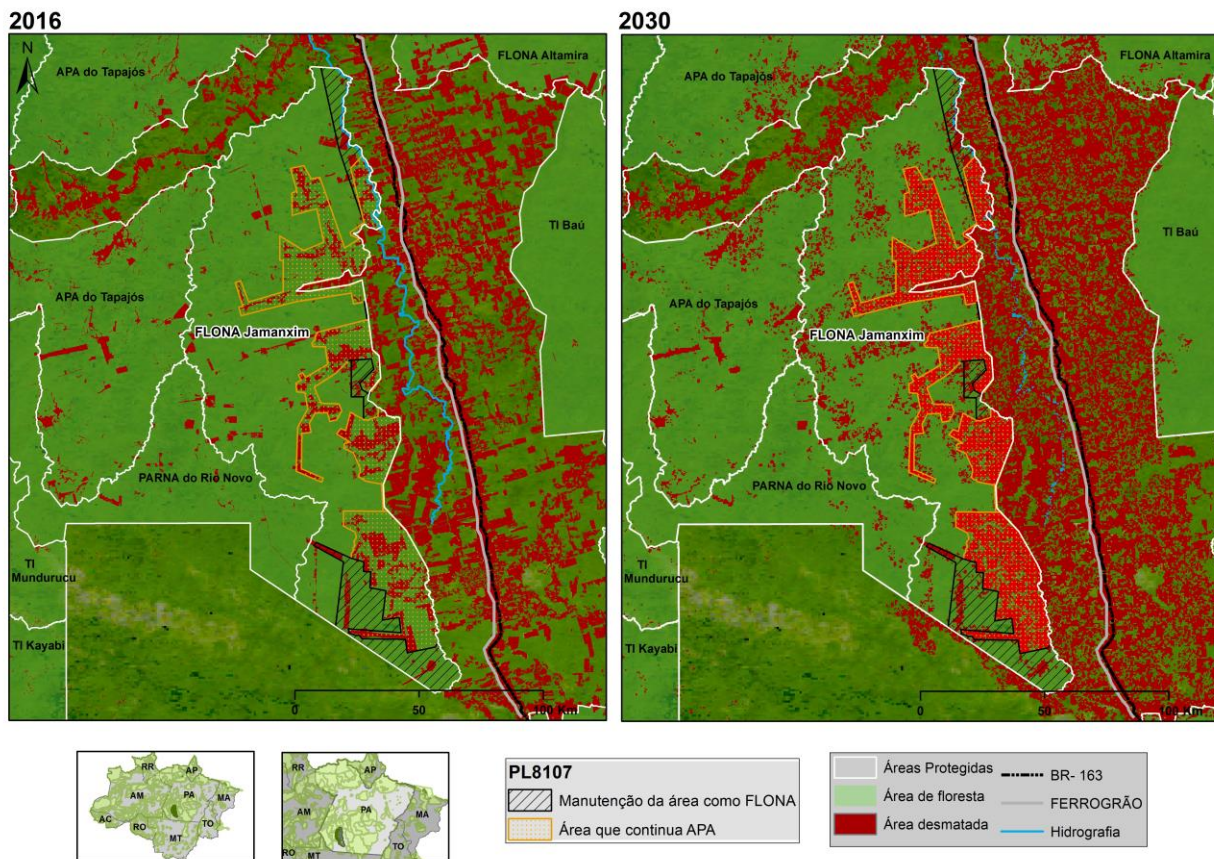
³ ICMBio, 2016. Nota técnica nº2/2016. Alteração dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim. Disponível em: http://www.oeco.org.br/wp-content/uploads/2017/02/SEI_-_ICMBio-0747143-Nota-T%C3%A9cnica-_.pdf

⁴ Elis Araújo et al. 2017. Unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia Legal 2012- 2015 – Belém, PA: Imazon,

⁵ Martins, H., Araújo, E., Vedoveto, M., Monteiro, D., & Barreto, P. 2014. Desmatamento em Áreas Protegidas Reduzidas na Amazônia (p. 20). Belém: Imazon.

⁶ IPAM. 2017. Premiando a grilagem na Amazônia: Jamanxim pode ser só o começo. Notícia. 14/07/2017. Disponível em: <http://ipam.org.br/premiando-a-grilagem-na-amazonia-jamanxim-pode-ser-so-o-comeco/>

Figura 1. Desmatamento na Flona do Jamanxim, atual e projetado para o ano de 2030. O desmatamento em vermelho claro refere-se à aplicação do cenário de desmatamento na ausência de proteção da área (IPAM 2017)



No médio e longo prazos essa alteração na cobertura florestal poderá contribuir para uma mudança não somente do clima global, mas especialmente do clima local. Por conta do desmatamento, a diminuição da cobertura florestal, que age como regador e ar condicionado, poderá tornar os períodos de estiagem na região mais severos e prolongados. Algo que já foi cientificamente observado e já está ocorrendo em outras regiões da Amazônia, como no alto Rio Xingu⁷.

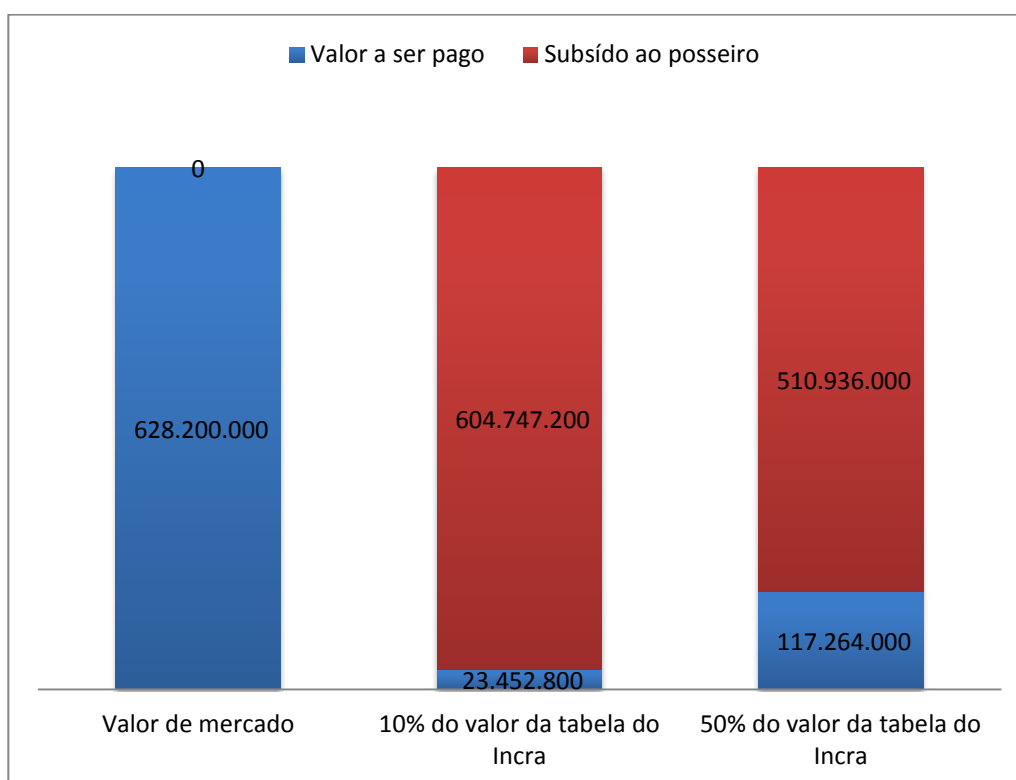
3.2 Subsídios para grileiros,

Conforme levantamento do Imazon, o PL representa um subsídio de pelo menos meio bilhão de reais a grileiros. O cálculo avaliou quanto os posseiros ganhariam com a transformação de parte da Flona do Jamanxim em APA e na regularização fundiária da área segundo as novas regras da Lei de conversão da recém-sancionada MP da Grilagem (Lei nº. 13.465/2017).

⁷ Brando, et al. 2014. PNAS 111:6347-6352.; Silvério, D.V. Alterações na estrutura e funcionamento de florestas transicionais da Amazônia associada à degradação florestal e transições de uso da terra. Tese de doutorado/UnB, 2015

O valor médio de mercado para um hectare de pasto no município de Novo Progresso é de R\$ 1.800,00. Na planilha de preços referenciais para titulação do Incra, o valor mínimo da terra nua em Novo Progresso é de R\$ 672,00. Segundo o art.17, §5º da Lei nº. 13.465, **será cobrado de 10% a 50% da pauta de valores da terra nua do Incra**. Considerando esses percentuais e a área total que será reduzida (em torno de 350 mil hectares), os posseiros receberiam um subsídio entre R\$ 605 milhões (96% do valor de mercado) e R\$ 511 milhões (81% do valor de mercado) em comparação com o valor de mercado das terras (Figura 2).

Figura 2. Estimativa do subsídio aos posseiros em caso de venda das áreas em comparação com o valor do mercado de terra na região de Novo Progresso



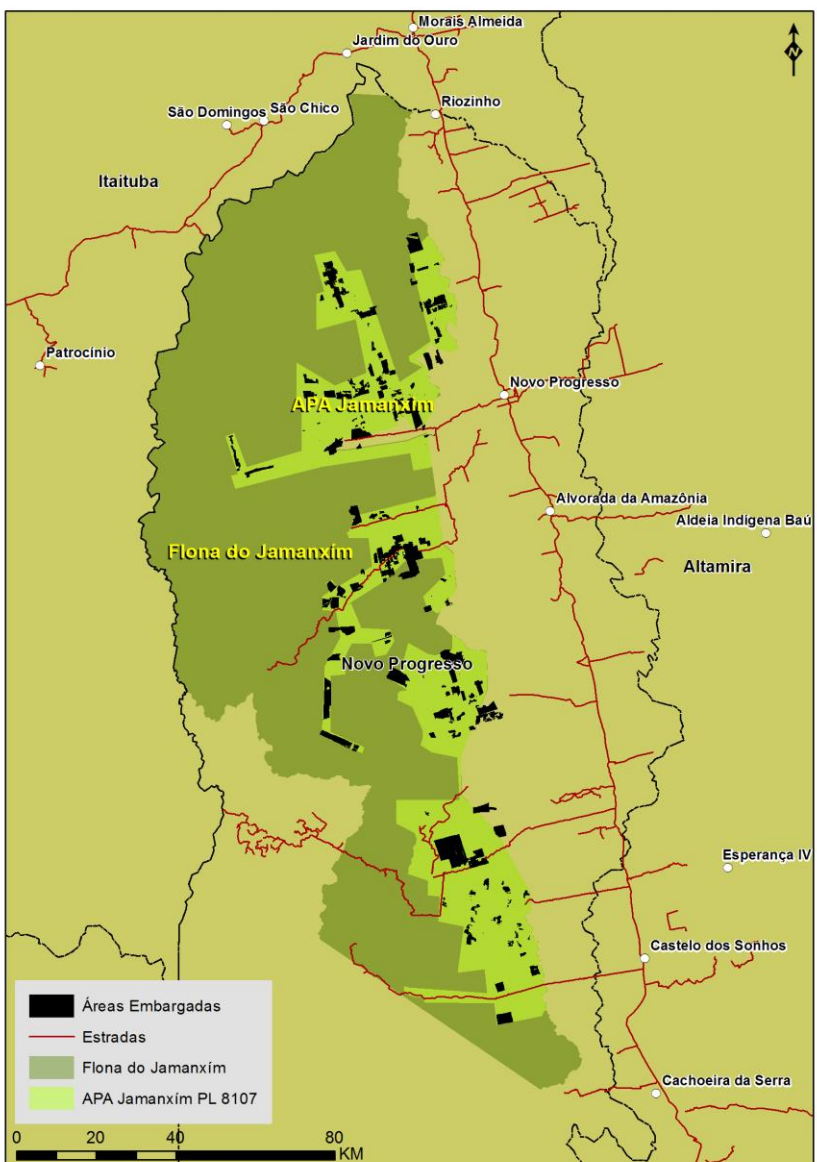
3.3 Desmoralizado da política pública

Dentro dos 354 mil hectares, há ocorrência de 312 embargos⁸ ambientais, que em área correspondem a aproximadamente 56 mil hectares ou 16% do total da APA proposta (Figura 3). Ao conceder a possibilidade de regularização fundiária dessas áreas, o estado brasileiro desmoraliza ainda mais a própria política pública de controle do desmatamento, premiando com terra aqueles que cometeram crimes ambientais, além de desmoralizar o próprio governo, que edita um projeto de lei para atender aos interesses do mesmo grupo que colocou fogo em caminhonetes do Ibama, vandalizando o patrimônio público.

⁸ Lista de embargos disponível para download em: <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>

Figura 3. Áreas embargadas dentro da parcela a ser transformada em APA de acordo com o PL nº 8.107/2017

Reduzir a proteção na Flona do Jamanxim reforça ainda mais a sensação de que o crime compensa. A alteração dos limites também abre espaço para novas demandas relacionadas à redução de outras áreas protegidas – por exemplo, as Unidades de Conservação no sul do Amazonas (parlamentares do estado chegaram a negociar com a Casa Civil a redução de 40% na área total de quatro Unidades de Conservação e a extinção de uma UC). Nessas áreas, o desmatamento é praticamente zero. No entanto, as unidades já sofrem com a pressão do entorno, como mostrou a investigação do Greenpeace realizada no início de 2017⁹.



A alteração dos limites se junta a outras medidas lançadas por Temer que desmontam todo o trabalho realizado nos últimos dez anos para conter o aumento do desmatamento na Amazônia (de 27.772 km² em 2004 para 4.571 km² em 2012).

3.4 Perdas de reputação e boicote a produtos agropecuários

Ao reduzir a proteção legal de florestas o Brasil enfraquece sua reputação, pois vai contra sua própria política de redução do desmatamento. O sucesso dessa redução foi base de acordos para apoio internacional para a conservação no país. O desmanche das políticas e o aumento

⁹ Greenpeace. 2017. Sinal verde para a destruição da Amazônia. Notícia. 02/03/2017. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Sinal-verde-para-a-destruicao-da-Amazonia/>.

do desmatamento tende a reduzir esse apoio. Por exemplo, a Noruega declarou que terá de reduzir o apoio à conservação no país por causa do aumento do desmatamento, conforme estabelecem as regras do Fundo Amazônia criado pelo Brasil.

Em breve o país poderá sofrer também mais boicotes de produtos agropecuários associados ao desmatamento. Diversos países, empresas e compromissos internacionais já adotaram como meta o desmatamento zero. Um exemplo relevante é a França, que acaba de anunciar nova política cuja meta é não importar produtos que tenham envolvimento com o desmatamento, principalmente da Amazônia.

4 Demanda para que Congresso não aprove o PL

Pelos motivos acima apresentados e por ser possível produzir sem aumentar o desmatamento, repudiamos o PL apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e pedimos, como representantes da sociedade civil, a sua rejeição. Qualquer redução dos limites acarretará em mais conflitos na região e também em mais desmatamento, que por sua vez coloca em risco o futuro econômico do Brasil e o futuro climático da região.

27 de julho de 2017

Signatários:

Greenpeace Brasil
Instituto Centro de Vida (ICV)
Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)
Instituto Socioambiental (ISA)
WWF-Brasil